

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Da Sra. Erika Hilton)

Requer Moção de Solidariedade a Victor Meyniel, ator e humorista, que foi vítima de LGBTfobia, no dia 2 de setembro de 2023.

Senhora Presidente,

Requeiro, nos termos do Art. 117, caput, combinado com o Art. 32, XXIV, a do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja submetido à apreciação do colegiado da Comissão de Direitos Humanos, Cidadania, Minorias e Igualdade Racial este requerimento de Moção de Solidariedade ao ator e humorista brasileiro, Victor Meyniel, que foi vítima de espancamento violento de motivação homotransfóbica e de omissão de socorro, no dia 2 de setembro de 2023.

JUSTIFICATIVA

O ator e humorista brasileiro, Victor Meyniel, de 26 anos, natural e residente do Estado do Rio de Janeiro, foi vítima no sábado, dia 2 de Setembro, no saguão de um prédio residencial, de uma agressão violenta, covarde e brutal, de caráter LGBTfóbico, por parte do médico Yuri de Moura Alexandre, sob o olhar omissivo do porteiro, Gilmar José Agostini, que assistiu inerte à agressão e assim permaneceu quando restava apenas Victor Meyniel agonizando no chão.

Conforme relatado pela vítima e pela polícia, Victor e Yuri se conheceram em uma casa noturna e se dirigiram ao apartamento de Yuri, onde, após apenas beijos, Yuri expulsou Victor à empurrões de sua residência quando uma colega médica de Yuri chegou de um plantão em seu apartamento. Após isso, Victor desceu para o saguão do



prédio em um elevador para ir embora, e Yuri em outro para ir à academia. Quando encontraram-se no saguão, Victor questionou Yuri acerca de ser “assumido” como membro da comunidade LGBT ou não, o que resultou na agressão homotransfóbica contra Victor.

Não há dúvidas acerca do caráter homotransfóbico da agressão, haja vista que a mesma só ocorreu devido à sexualidade expressada de Victor, e à incapacidade do agressor de aceitar que Victor assumia, vivia e expressava como bem entendia sua orientação sexual. Ainda, a omissão de socorro por parte do porteiro, que permaneceu inerte frente à uma pessoa sendo violentada, cabendo a outro morador do edifício oferecer ajuda a Victor, deve orientar a sociedade para a necessidade de se levantar contra as opressões, as injustiças e as violências cotidianas que as LGBT enfrentam.

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a demora do Congresso Nacional em aprovar leis que protejam a população LGBTQIA+ das violências e determinou que a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero passasse a ser considerada crime. De acordo com o entendimento do STF, a LGBTfobia se enquadra na Lei nº 7.716/89, a Lei do Racismo, até que o Legislativo nacional debata e vote uma legislação específica.

Lamentamos que se perpetue violências desse teor na nossa sociedade, com complacência de muitos que são omissos na defesa das vidas LGBT, revelando o grau de desumanização que recai sobre as minorias sociais no Brasil. Há ainda quem se sinta no direito de machucar e de matar pessoas LGBTQIA+, pois o ódio, o medo e a intolerância em relação a nós, e nosso direito de sermos quem somos não foi superado e há poucas medidas de enfrentamento à violação da dignidade, dos direitos e garantia as identidades LGBTQIA+ para viverem livre de violência .

Mesmo com avanços em nosso sistema legal, vindas do poder Judiciário, visto que esta Casa nunca aprovou legislações pela proteção desta população - a realidade de



peças LGBTQIA+ no Brasil continua sendo essa: ataques violentos e agressões brutais sob um olhar complacente daqueles que tem, no mínimo, o poder de discar 3 dígitos em seu celular, e mesmo assim permanecem omissos. Devemos enfrentar a violência institucional, social e civilizacional que está estabelecida para avançarmos em direitos securacionais e de proteção para as peças LGBTQIA+.

Nesse sentido, esta Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial possui o dever de repudiar os ataques e, acima de tudo, se solidarizar com o ator Victor Meyniel, e demarcar que a luta pelo enfrentamento à LGBTQFobia, contra a omissão aos casos de violência homotransfóbica e pelo direito à vida e integridade física de todas as peças, como medida de permanente na Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 2023.

ERIKA HILTON
Deputada Federal (PSOL-SP)

